

PINGA-FOGO

■ **AMPLA ESTRUTURA** - O Tribunal de Justiça do Rio disponibilizou uma ampla estrutura para a realização do julgamento dos ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, acusados de assassinar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes. O presidente do Tribunal, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, comentou os preparativos para que o julgamento transcorresse dentro dos parâmetros da justiça e que o tribunal ofereceu todo o suporte necessário para familiares das vítimas, testemunhas, componentes do júri, promotores, advogados e magistrado. “O exercício da justiça começa com o planejamento para que os envolvidos no processo possam desempenhar as suas funções. Um dos exemplos é o uso da tecnologia, como ocorreu nesse julgamento. Por estarem em prisões federais, os réus vão acompanhar toda a sessão e prestar depoimentos de modo remoto. O mesmo sistema foi oferecido para algumas testemunhas que se sintam ameaçadas, garantindo a sua preservação. A tecnologia também esteve presente com a transmissão do julgamento ‘ao vivo’ pelo YouTube. É a inovação tecnológica a serviço da efetividade da justiça e da democracia”, disse o desembargador.

■ **CELERIDADE DA JUSTIÇA** - Ricardo Cardozo ressaltou, também, que a importância do julgamento do caso Marielle Franco e Anderson Gomez passa pela eficiência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em levar os acusados ao banco dos réus. “O julgamento representou a celeridade da justiça, com o devido respeito ao direito de todos. É necessário que se divida o tempo do trâmite processual, entre o período utilizado na investigação policial e o trâmite do processo na justiça. Este foi feito com a maior celeridade, indistintamente, tão logo o inquérito foi concluído pela polícia e distribuído ao judiciário, com a denúncia aos acusados. O nosso objetivo sempre é darmos uma resposta a um crime brutal, neste caso contra uma jovem parlamentar e um trabalhador”, acrescentou o desembargador.

■ **O Tribunal de Justiça disponibilizou assentos no plenário e na plateia para os parentes das vítimas, dos réus, para representantes dos veículos de comunicação e criou uma sala exclusiva para atendimento da imprensa. A estrutura para a realização do julgamento também contou com equipes de segurança, de assistência médica e funcionários de apoio, e a justiça foi feita.**



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



O comandante-geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e secretário da Defesa Civil, Tarciso Salles, homenageou, em uma solenidade personalizada, o secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione, com a

mais alta comenda do CBMERJ. A entrega foi realizada no salão nobre do Quartel-General com a presença de alto oficiais e o Estado-Maior da corporação. Na foto, Salles (e) e Miccione (d)



Na chapelaria do Congresso Nacional, os deputados Washington Quaquá (c), Dr. Luizinho (e) e Luciano Vieira, irmão de Leo Vieira, prefeito eleito de São João de Meriti (RJ). Após o encontro, Quaquá e Vieira saíram juntos para uma audiência com o ministro Alexandre Padilha, no Planalto



Na Liderança do Progressistas na Câmara dos Deputados: Magnavita; o prefeito eleito de Nova Iguaçu, Dudu Reina; o prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes; o deputado Dr. Luizinho; o prefeito reeleito de Campos, Wladimir Garotinho; o secretário de Turismo do RJ, Gustavo Tutuca; e o deputado Bebeto



Ainda no Congresso, o deputado Dr. Luizinho cumprimentando o prefeito reeleito de Campos, Wladimir Garotinho



O procurador-geral de Justiça do RJ, Luciano Mattos (e), foi ao TJ acompanhar o trabalho dos promotores e levar solidariedade à família de Marielle. Na foto, à esquerda, com os promotores Eduardo Morais Martins e Audrey Marjorie Leocadio



Na primeira fila do Tribunal, Ágatha Reis, viúva de Anderson Gomes; Mônica Benício, viúva de Marielle; a mãe da vereadora Marielle, Marinete da Silva; a ministra da Igualdade Racial Anielle Franco; o pai de Marielle Antônio Francisco; e Luyara Santos, filha de Marielle

■ **PEZÃO NO COMANDO** - Em entrevista na quinta-feira (31), o prefeito de Volta Redonda, Antônio Francisco Neto, confirmou as expectativas de que o prefeito eleito de Pirai, Luiz Fernando Pezão, deverá assumir a presidência

do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba (Cismepa), responsável pela gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde (SUS) na região. O consórcio, atualmente é liderado por Ednardo Barbosa, prefeito de Pinhei-

ral, com o prefeito de Resende, Diogo Baliceiro, como vice.

■ **REVELAÇÕES** - As especulações sobre a nova liderança ficaram claras durante um encontro na Firjan Sul Fluminense, que reuniu

líderes municipais nesta quarta-feira (30). Em meio aos agradecimentos, a prefeita eleita de Barra do Piraí, Kátia Miki, se dirigiu a Pezão com tom de brincadeira: “Vai ser nosso presidente do Cismepa, não é, Pezão?”, falou.

Fernando Molica

O aumento de penas se voltou contra seus defensores

Os muitos anos de prisão impostos pelo Supremo Tribunal Federal a condenados pelo 8 de Janeiro são o principal argumento dos defensores da anistia. As penas são mesmo pesadas, mas fazem parte de uma cultura de aumento do tempo de prisão tão defendida pela direita.

Na campanha, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) cobrou diversas vezes de Guilherme Boulos (Pso) sua ausência do plenário da Câmara durante a votação de projeto que aumenta a pena para condenados por roubo e furto — praticamente, só deputados de esquerda foram contra.

Como mostrou a coluna Correio Bastidores, parlamentares bolsonaristas foram contra o projeto que, ao substituir a Lei de Segurança Nacional, tipificou, entre outros,

os crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado.

Mas a lei, que prevê até 12 anos de reclusão, foi sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro. É razoável que se questione a aplicação de penas que somam 17 de anos de cadeia a pessoas que, apesar de terem participado da tentativa de golpe e da depredação de sedes de poderes, não foram autoras da conspiração.

Mas a pregação de penas cada vez maiores para praticamente todos os crimes acabou contaminando o ambiente jurídico-institucional. Uma gritaria tão efetiva que sufoca os especialistas que insistem em outro viés: o que constrange o criminoso não é o tempo de cadeia, mas a certeza de que não haverá impunidade.

Os que divergem de penas cada vez mais longas e do encarceramento massivo são chamados de defensores de bandidos. Ouvem que deveriam levar criminosos pra casa, que não agiriam desse jeito caso suas filhas fossem estupradas.

Uma discussão que deveria ser técnica, virou apenas emocional. Os políticos sabem que conseguirão mais likes e votos se defenderem aumento de penas para a maior parte dos crimes (a exceção fica para casos que lhes interessam, como a lei diminuiu as situações de improbidade administrativa).

Fenômeno parecido aconteceu com a proibição de que presos em regime semiaberto possam visitar suas famílias. Setores conservadores conseguiram emplacar o apelido de “saidinha” a essa concessão. Ignoraram estatísticas sobre o bai-

xo não retorno dos beneficiados, aprovaram a interdição e derrubaram o veto de Lula.

Só que pau que dá em Luiz dá em Jair. Caso a anistia não saia, a lei vai impedir que condenados pela intenciona de 2023 tenham, dentro de alguns anos, o direito de visitar suas famílias. Não haverá exceções para os supostos patriotas, os autoproclamados homens e mulheres de bem.

A ânsia pelo encarceramento está ligada a uma característica muito evidente na sociedade brasileira, à nossa tradição escravocrata de punir apenas pretos e pobres. Para estes, quanto mais isolamento, melhor.

Pode-se alegar que os golpistas não cometeram crimes tão graves quanto homicídios e assaltos à mão armada. Tudo depende da ótica —

aqueles que trabalharam pela implantação de uma ditadura sabem das mortes, torturas e desaparecimentos que fazem parte do cardápio de qualquer regime autoritário. Quem pede golpe militar é cúmplice dos crimes que serão cometidos por ditadores.

É justa a tentativa de se buscar formas de se discutir penas aplicadas, mas não pode haver anistia para crimes contra a liberdade cometidos em plena vigência da democracia. Diferentemente de quem foi preso na ditadura, os golpistas tinham ampla liberdade de se manifestarem pacificamente, mas decidiram partir pra quebraadeira.

É provável que os presos pela intenciona também tenham advogado por mais tempo de cadeia para terceiros: nunca imaginaram seriam vítimas de suas próprias propostas.